

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, arquitecto Alexandre Burmester
Senhor Presidente do Conselho Directivo Nacional cessante, arquitecto José Manuel Pedreirinho
Senhora Presidente da Secção Regional do Sul cessante, arquitecta Paula Torgal (aqui presente)
Senhores Presidentes dos Órgãos Nacionais e Regionais da Ordem dos Arquitectos cessantes
Senhores Presidentes e representantes de Municípios, Directores-Gerais e representantes das Direcções-Gerais
Senhores Presidentes e representantes dos organismos do Estado e Institutos e Confederações
Senhores Bastonários e representantes das Ordens Profissionais
Senhores Presidentes das Associações Profissionais e Empresariais
Senhores Reitores, Presidentes, Directores e representantes das Faculdades de Arquitectura
Caros membros eleitos
Caros colaboradores da Ordem dos Arquitectos
Caros convidados
Caros e a caras colegas

No direito constitucional ao ambiente e à qualidade de vida e no direito à habitação e ao urbanismo, a Arquitectura tem um papel fundamental. As cidades que desenhamos, a paisagem e território que transformamos, os edifícios que construímos, enquanto humanidade, impactam fortemente o desenvolvimento do país: social, económica e culturalmente. É no equilíbrio da sua produção nesses três vectores que os arquitectos defendem o bem comum, o interesse público e o desenvolvimento sustentável.

O arquitecto é, entre muitas outras dimensões, um solucionador de problemas, um coordenador de disciplinas e equipas, um gerador de consensos. É nessa qualidade que deve reclamar, junto do poder político e público, fazer parte dos desafios: planeando, projectando e construindo soluções para os problemas urbanos, ambientais, habitacionais, que promovam o desenvolvimento social, económico e cultural.

A recuperação económica e social da Europa pós-Pandemia terá por base o *Green Deal*, que a CE apresentou no final de 2019 para combater a emergência climática e alcançar a neutralidade carbónica. Todos seremos chamados a contribuir no desenvolvimento de Planos e Medidas Estratégicas que permitam alterações nas diversas áreas do Pacto Ecológico Europeu da Ambição Climática. O importante investimento público nestas áreas, sob o chapéu do Programa de Recuperação Económica, exige uma acção concertada da sociedade civil. O arquitecto, construtor de soluções, deve fazer parte dessa política de investimento, agindo na defesa do interesse público, pela qualidade do ambiente, do urbanismo, da paisagem e da arquitectura. Compete a todos garantir o equilíbrio da equação entre sustentabilidade ambiental, económica e social. Importa trabalhar na questão da durabilidade e da qualidade da construção, por oposição a uma construção mais barata, mas também vulnerável à erosão e, por isso, menos sustentável. Afinal, se construirmos algo que

perdure o dobro no tempo, estamos a reduzir a sua pegada para metade, potencialmente reduzimos os seus custos de manutenção e garantimos a função social do edifício.

A política de investimento, pública e privada, que esmaga os custos da encomenda e da construção, é própria de um país que não pensa a longo prazo, que se permite não ter em conta os custos de manutenção, de exploração e de desconstrução do que constrói, mas tão somente os custos imediatos da construção. Sabemos que a construção é responsável por 40% da emissão de CO₂, uma percentagem demasiado expressiva para que negligenciemos a responsabilidade que todos temos no que construímos: encomendadores, públicos e privados, arquitectos, engenheiros, paisagistas, cidadãos. Estamos habituados a reflectir sobre os custos do ponto de vista do economicismo, mas devemos reflectir sobre os custos do ponto de vista do ambiente. A sustentabilidade financeira da operação pode dar origem à insustentabilidade ambiental daquilo que construímos.

Os arquitectos portugueses são, como foi mencionado, entre 25000 e 26000, espalhados nas mais diversas áreas, e é no seu papel de construtores de soluções, como projectistas mas também como funcionários da administração pública, que têm uma parte activa como projectistas, na própria construção, na aprovação e apreciação e no desempenho da normativa, como representantes da democracia representativa, que devem reclamar a mais valia que emprestam aos diversos sectores económicos onde actuam: o Ambiente, o Ordenamento do Território, a Acção Climática, a Economia, as Infraestruturas, a Habitação, a Transição Digital, a Ciência, Tecnologia, o Ensino e a Cultura. Todos estes campos onde os arquitectos se encontram presentes. É urgente evidenciar o valor acrescido pela nossa profissão e inverter o cenário de desvalorização da arquitectura.

O contrato público, enquanto instrumento que regula a relação entre quem encomenda e a quem é encomendado, deu lugar a um articulado de deveres para o segundo, submetido a formas contratuais que são redundantes em deveres e tremendamente silenciosas em direitos. Perderam-se direitos. Perderam-se garantias. Exigiu-se mais responsabilidade. Adjudica-se ao preço mais baixo, de forma transversal, seja na encomenda dos serviços de arquitectura, seja nas empreitadas de obras. E seria ingénuo pensar que isto não condiciona as condições de trabalho dos arquitectos, a sua dignidade, mas também a qualidade daquilo que se projecta e que se constrói no nosso país.

Estamos ao corrente de que no nosso país vizinho, em Espanha, está em preparação, quer a nível regional quer a nível central, uma “Ley de Arquitectura y Calidad del entorno construido”. Defende-se aí que qualidade não significa sobrecusto, mas sim a resposta adequada ao preço razoável. E, com ela, uma adequada remuneração dos projectistas.

É necessário inverter a ordem das coisas e que a uma crescente responsabilização, do arquitecto e restantes projectistas e à qualidade que se exige - pois os desafios que enfrentamos não permitem outra resposta que não uma arquitectura de qualidade - corresponda a valorização do trabalho do projectista. A qualidade da nossa Arquitectura é reconhecida, dentro e fora de portas, e vai muito para além da premiada. A diáspora dos arquitectos, motivada em parte pelo natural interesse dos nossos jovens em percorrer mundo e conhecer outras práticas, foi uma diáspora forçada, resultado de uma fuga à crise económica, que espalhou pelo mundo a qualidade da arquitectura, sobretudo de jovens arquitectos, que é universalmente reconhecida, e que se verifica particularmente em países

europeus.

Não nos resta senão defender, dentro de portas, junto do Governo, da Administração Pública e demais entidades, o valor da nossa arquitectura e dos nossos arquitectos.

Importa que os Arquitectos se reúnam em torno deste objectivo, e que o façam na associação pública que os representa – a Ordem - estando presentes, participando e exigindo, com espírito democrático e liberdade de pensamento, e ambiente de diálogo, condição para que alcancem a necessária representatividade que lhes permita reclamar, seja junto do governo, seja junto da CE e das entidades internacionais, a reposição da dignidade da sua profissão. E devem fazê-lo em conjunto com os restantes projectistas, porque a arquitectura que construímos é o resultado do contributo de muitas disciplinas e é preciso encontrar nelas os parceiros para inverter tal ordem de coisas e, juntos, valorizar a arquitectura e dignificar a prática de projectar num país que, não tem dificuldades em perceber que a mediação imobiliária custe 5% do preço de venda daquilo que se construiu, mas tem dificuldades em entender que o trabalho conjunto de mais de uma dezena de projectistas, ao longo de muitos meses, senão alguns anos, valha sequer 5% do custo da construção.

A Arquitectura é cidade, é território, é paisagem, é sociedade, é planeamento, é estratégia, é ambiente, é economia e é política. Criamos cultura, acrescentamos valor, geramos riqueza. Contribuímos para o bem estar de todos os cidadãos. Façamo-nos presentes. Todos. Actuemos dentro da dimensão política e social da nossa disciplina e reivindicemos o direito de intervir na política de gestão do nosso território, da nossa arquitectura, da nossa paisagem. Enquanto arquitectos, devemos-lo a todos.

Termino saudando e agradecendo aos caros Presidentes dos Órgãos Nacionais que acabam de tomar posse e também aos que irão tomar posse hoje à tarde, que serão representantes dos Órgãos Regionais que vêm no desdobramento da Secção Regional do Sul, e que representam Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira. A todos quero saudar e desejar as boas vindas à nova Ordem dos Arquitectos que agora começa e que acolhe por igual todos os membros, arquitectas e arquitectos, independentemente da proveniência das quatro listas candidatas. Quero acentuar que, a partir deste momento, e como constava do nosso lema de candidatura, *Isto só lá vai com todos*. A Ordem dos Arquitectos precisa efectivamente de todos e esperam-nos grandes desafios, construídos em contínuo diálogo quer para dentro quer para fora da Ordem. Gostaria também de saudar as duas Secções Regionais que amanhã tomarão posse na Secção Regional do Norte e que correspondem às novas Secções Regionais do Norte e do Centro.

Estamos todos no mesmo barco e assim, a partir de hoje, seremos todos chamados a navegar até ao final deste novo mandato.

Lisboa, 16 de Julho de 2020

Gonçalo Byrne